

REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER

Dr^a. SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL

Professora doutora do Departamento de Educação Motora, Faculdade de Educação Física,
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Lazer

E-mail: scfa@fef.unicamp.br

ANA PAULA CUNHA PEREIRA

Professora da Rede Estadual do Rio de Janeiro, lotação Angra dos Reis

Doutoranda da área "Educação física e sociedade" – Programa de Pós-Graduação em Educação Física,
Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Lazer

E-mail: ap@anapaulacunha.com

RESUMO

É possível observar, nas últimas décadas, que as investigações sobre políticas públicas na educação física, esporte e lazer vêm ocupando espaço e relevância. Assim, resolvemos realizar uma análise da produção sobre o tema nos últimos dez anos. Optamos por analisar as revistas Movimento, Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) e Motrivivência e o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, analisamos 159 artigos. Verificamos qual dimensão da política teve maior ênfase em cada estudo. Dessa forma, constatamos que a maioria dos trabalhos analisados se ancora na dimensão conceitual da política e na implementação da política governamental. A dimensão arena política e a dimensão normativa, que pode garantir uma política de Estado, ainda não recebeu a devida atenção pelos pesquisadores da área.

PALAVRAS-CHAVE: Política pública; educação física; esporte e lazer.

INTRODUÇÃO

Atualmente a política é tratada por muitos estudiosos como uma disciplina acadêmica, na qual as políticas públicas se configuram como subdisciplina e a produção intelectual carrega consigo características interdisciplinares (MELO, 1999). Na concepção desse autor essa situação poderia promover análise e pesquisas conjuntas, mas o que se tem configurado é uma fragmentação organizacional da comunidade científica.

Em termos cronológicos, Frey (2000) pontua que nos Estados Unidos os estudos que se referem às políticas públicas surgiram no início dos anos de 1950, denominados de “*policy science*”, enquanto na Europa a preocupação com esse tema só ganhou força a partir dos anos de 1970. No Brasil, tais estudos são recentes, o que contribui para uma carência de sua teorização.

Pensando nas dificuldades, inclusive linguística, de investigação sobre a política, Muller e Surel (2000), autores franceses, ancoram-se na língua inglesa para discorrerem sobre o termo que naquele idioma tem três palavras para designar as diferentes dimensões que lhe dão sentido: *polity*, *politics* e *policy/policies*. *Polity* é a esfera da política; *politics* é a atividade política; e *policy/policies* é a ação pública implementada. Neste estudo tais dimensões correspondem ao que denominamos de dimensão normativa e conceitual da política, arena política e política governamental.

Existem outras tendências conceituais para o estudo das políticas¹, porém não nos deteremos sobre elas neste artigo, já que o nosso objetivo foi de identificar na produção sobre políticas públicas da educação física, esporte e lazer um quadro que nos permita descrever, tomando as três dimensões supracitadas uma retrospectiva parcial da investigação nessa área.

Porém, não nos furtamos de afirmar que outra dificuldade da pesquisa nas políticas públicas é o “questionamento clássico da ciência política que se refere ao sistema político como tal e pergunta pela ordem certa ou verdadeira: o que é um bom governo e qual é o melhor Estado para garantir e proteger a felicidade dos cidadãos ou da sociedade” (FREY, 2000, p. 213). Tal questionamento muitas vezes não permite constatar avanços naquilo que já foi constituído nas políticas públicas de educação física, esporte e lazer.

Considerando o esforço da área acadêmica para desenvolver tais pesquisas, seu crescente número, com trabalhos publicados em diferentes periódicos, eventos e livros, resolvemos realizar uma análise de parte da produção sobre o tema nos últimos dez anos.

1. Ver Frey (2000).

Selecionamos artigos publicados em revistas, como também os trabalhos apresentados no principal congresso da área, o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace), entre 1997 e 2007. A seleção das revistas obedeceu aos seguintes critérios: que contemplassem os padrões de regularidade e periodicidade na circulação, além de serem considerados periódicos de impacto internacional, quanto ao formato, qualidade de conteúdo e composição do corpo editorial e consultores; que possuísem uma abertura para as pesquisas apresentadas na área de educação física, esporte e lazer que dialogam e interagem com as humanidades, em especial com a subdisciplina das políticas públicas; caso alguma das revistas não atendessem ao primeiro critério mencionado, mas contemplasse o segundo e tivesse dedicado edições exclusivas à temática das políticas públicas, ela seria analisada. Foram selecionadas as revistas *Movimento*, *Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE)* e *Motrivivência*. No congresso analisado, apesar de entendermos que há artigos sobre políticas públicas em outros grupos de trabalho temático que não o de políticas públicas, comprometemo-nos a analisar somente a produção do referido grupo.

Utilizamos a metodologia da análise de conteúdo e percorremos o seguinte caminho (BARDIN, 1979), a *pré-análise*, que consistiu na organização do material da pesquisa. A *leitura flutuante*, que propiciou meios para definirmos as questões que nortearam este trabalho. A *exploração do material* foi a análise propriamente dita, pois a leitura dos artigos nos deu condições de perceber se o texto tinha ou não algum trato metodológico, ou seja, se havia um objeto de estudo claro, problema de pesquisa ou questões norteadoras, material empírico ou debate teórico, assim como estabelecer as categorias para classificar nas dimensões da política. A *inferência e interpretação* significou a análise dos dados encontrados em diálogo com o referencial teórico.

As questões que nos balizaram foram: os artigos sobre políticas públicas na área podem ser caracterizados como pesquisas científicas? Quais dimensões da política predominam nos artigos sobre políticas públicas em educação física, esporte e lazer selecionadas para este estudo?

AS DIMENSÕES DA POLÍTICA

Dimensão normativa e conceitual da política

Essa dimensão pode ser interpretada como a capacidade de um grupo restrito de sujeitos políticos, que detém a hegemonia da sociedade, em direcionar seus esforços para determinada ação supostamente imbuída de uma ideologia refletindo

um *modelo de Estado*. Contudo, o Estado (representado pelos órgãos legislativos, tribunais, exército entre outros) possui uma carência de homogeneidade em sua estrutura, o que permite moldar as ações do governo a partir da configuração política, produzindo distintos modelos de Estado. O Estado, segundo nos apresenta Höfling (2001), também não deve ser pensado somente como uma burocracia pública da qual resulta a concepção e a implementação das políticas públicas. A autora nos diz que o Estado se responsabiliza sobre tais políticas, porém, quanto à sua implementação e manutenção, isso resulta da tomada de decisões que acontecem com a participação de organismos e agentes da sociedade.

Daí decorre que quando pesquisamos sobre a normatividade estamos nos debruçando sobre aspectos mais perenes, analisando política de Estado. Quando investigamos a ação governamental implementada estudamos um modelo ou modelos ideológicos que lhe dão sustentação e que mudam conforme os partidos políticos que assumem a gestão.

“Para que uma política pública exista, é necessário que as diferentes declarações e/ou decisões sejam reunidas por um quadro geral da ação que funcione como uma estrutura de sentido” (MULLER; SUREL, 2000, p. 5). Esse quadro geral pode ser visto na Constituição Federal e nas leis infraconstitucionais que lhe dão operacionalidade.

Os modelos de gestão poderão ser entendidos tomando-se as diferentes filosofias políticas que lhes deram fundamento. Igualmente, podemos analisá-los entendendo a realidade material, ou seja, a existência concreta de programa de governo que se pauta nesta ou naquela filosofia, ou analisando a utopia de um dado modelo e percebendo em que medida certos programas de governo a tangenciam. Por fim, é possível entendê-lo pelo aparato legal que o configura.

Arena política

A palavra “arena” em sua acepção reporta-se a um local destinado a combates, conflitos e lutas, e nesse caso o uso do termo “arena política” pode ser interpretado como o campo de forças, debates e desafios que se configuram a partir de interesses antagônicos entre os sujeitos sociais que compõem o campo da política.

Com base nos estudos de Lowi, Frey (2000, p. 223) define “arena política” como “processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de política, as quais podem ser distinguidas de acordo com seu caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo”. Esses quatro tipos de arenas políticas contribuem para o reconhecimento de diferentes formas da aplicação do poder na esfera pública, definem a função do Estado e os parâmetros estabelecidos para o funcionamento

das atividades políticas, além de estarem pautadas pelo princípio da coerção, que tem como seu principal atributo o poder, que se define de acordo com a característica de cada Estado (NICHOLSON, 2002).

Portanto, ao iniciar uma análise sobre a elaboração e implementação de políticas públicas torna-se condição *sine qua non* identificar como se processam os jogos políticos. Para Faleiros (2004) essa correlação de forças não segue um padrão, ou seja, não se efetiva sempre da mesma forma, o que denota uma tendência à existência de alianças, divisões, pressões e contrapressões com o objetivo de manter o Estado como poder articulador geral da sociedade.

Assim como os modelos normativos e conceituais da política podem determinar alguns jogos e implementar programas de governo, também a arena política pode ocasionar mudanças substanciais a esses modelos ideais de Estado. Cabe então nos perguntarmos como isso resulta em programas de governo.

Política governamental

Essa dimensão é definida como o movimento, a dinâmica e os acontecimentos que se configuram em uma relação entre Estado e sociedade, levando-se em consideração os aspectos histórico-institucionais (burocracia), processuais e organizativos (organogramas, gerenciamento e orçamento) que normalmente se apresentam tanto na formulação quanto na gestão dos sujeitos envolvidos, que, *a priori*, possuem o papel de maximizar o bem-estar social, quanto nos benefícios que ações promovem ou podem promover.

Com essa definição é possível observar um entrelaçamento entre as dimensões da política, ou seja, os aspectos histórico-institucionais que estão relacionados com o modelo de Estado. E os aspectos processuais e organizativos que estão relacionados com a *arena política*. Essas inter-relações interferem nos interesses das políticas públicas a partir de suas especificidades, que são pautadas de acordo na maneira que os custos e benefícios da política atingem os sujeitos envolvidos (MELO, 2002).

Nesse sentido, Flexor e Leite (2007) complementam que essa dinâmica pode ser traduzida como o resultado de um processo político que visa igualar as preferências de acordo com os interesses de quem detém o poder em organizações e instituições.

Em síntese, são as políticas públicas que materializam o Estado, ou seja, é o próprio Estado em ação (MULLER; SUREL, 2000). Na sua análise torna-se imprescindível que se considere tanto as questões técnicas, as de natureza instrumentais específicas, como as questões morais.

Os estudos sobre políticas públicas de educação física, esporte e lazer nos últimos dez anos

Escrever sobre os estudos em políticas públicas de educação física, esporte e lazer, ao passo que foi para nós um grande desafio, delineou-se também como um enorme aprendizado, o que nos permitiu verificar os temas recorrentes e rascunhar uma agenda de pesquisa para a área. Enquanto líamos os artigos encontrados, num total de 159 (cento e cinquenta e nove), publicados nestes dez anos, imaginávamos as dificuldades que cada pesquisador teve para efetivar essa tarefa, substancialmente difícil e que nem sempre garante mudanças na intervenção.

Neste tópico, procuramos analisar qual havia sido o trato metodológico dispensado à pesquisa de cada artigo. Naqueles textos em que não conseguimos identificar tal trato, preferimos não categorizá-los como relato de experiência, embora vários autores das ciências políticas, ao debater sobre o estado-da-arte dos estudos de políticas públicas, dentre os quais Marcus Melo (1999, 2002), Fernando Limongi (1999) e Reis (2003), apontem que muitos desses estudos se trata mais de um relato exitoso de gestão, do que uma pesquisa *epsis littere*.

Tabela 1 – Análise dos artigos quanto à adequação a pesquisa

Revista	Total de artigos	Não encontrada referência à pesquisa	Pesquisa
<i>RBCE</i>	19	1	18
<i>Movimento</i>	11	00	11
<i>Motrivência</i>	10	2	8
Conbrace	119	21	98
Total	159	24	135

A Tabela 1 proporciona-nos uma visão panorâmica da quantidade numérica, em valores totais, de artigos publicados sobre o tema. É certo que muitas outras pesquisas, que tratam da temática, estão publicadas em forma de livro, em outros grupos de trabalhos temáticos do próprio Conbrace, como nos referimos anteriormente, ou mesmo em periódicos não analisados neste momento. Contudo, inferimos que este estudo pode descrever um panorama sobre a investigação das políticas públicas de educação física, esporte e lazer, podendo compor uma agenda futura de pesquisa.

Os artigos que não apresentavam uma clareza quanto ao trato metodológico não os consideramos como pesquisa. Ao não considerá-los como pesquisa, tomamos alguns pontos relevantes no debate atual sobre uma metodologia geral da

investigação nas ciências humanas e sociais: primeiro de que o estudo “não poderia se privar da busca de um conhecimento sistemático do real válido empiricamente de qualquer maneira; isto é, de um esforço de objetivação e de divisão entre o verdadeiro e o falso” (PIRES, 2008, p. 57). O autor escreve sobre isso para desmistificar alguns discursos justificadores de práticas institucionais e para questionar algumas falsas certezas que colocam os estudos em um terreno “numa espécie de estado pré-científico, em que qualquer reflexão sobre o real tem livre trânsito” (idem, ibidem, p. 57). Com isso, não estamos querendo dizer que o esforço de objetivação implica o princípio da neutralidade científica, mas sim de que o pesquisador deve esforçar-se para criar um estranhamento com o objeto estudado.

Segundo, procuramos identificar um desenho da pesquisa em que estivesse contido um claro objeto de investigação, questões norteadoras ou problema de pesquisa, teoria (as) que lhe dessem sustentação e evidências do mundo empírico.

Salientamos que para realizar esta análise reconhecemos o momento histórico em que cada investigação foi publicada, ou seja, os limites que esse campo de investigação apresentava no momento em que os trabalhos foram elaborados. Assim, os trabalhos mais recentes já dispunham de acúmulo na área que os primeiros trabalhos não apresentavam.

Foram totalizados 24 artigos que, em nosso entendimento, não são fruto de investigação, que em sua maioria foram publicados há mais de cinco anos.

Ao atermo-nos às opções metodológicas, verificamos que há um grande percentual de estudos teóricos que, em geral, dialogam com referências de outras áreas para analisar idealmente como são as políticas públicas, e como elas poderiam ser. Essas críticas foram importantíssimas para traçar um quadro conceitual que hoje permite desenvolvermos estudos sobre a materialidade das políticas, seja por suas dimensões estruturais, seja pela participação dos sujeitos nesses processos. Há vários estudos que se autodenominam históricos, ou seja, que se fundamentam na interpretação de fatos sociais do passado, contudo, seu trato parece-nos mais se aproximar de resgates de memória, que concentram seus propósitos em materializar o passado, sem uma preocupação analítica.

Outros estudos, que analisaram uma política implementada, o fizeram pela análise descritiva, com métodos como entrevista, questionários, observações, análise documental. Poucos são os estudos etnográficos e de pesquisa-ação. No nosso entender e concordando com Bracht et al. (2007, p. 68):

estudos diagnósticos perdem sua força se reduzidos ao mapeamento de problemas. A identificação destes problemas precisa vir acompanhada de uma análise que permita explicitar o jogo entre [o autor está se referindo a esfera macroestrutural e a esfera microestrutural,

ou seja, as questões políticas econômicas e culturais e as questões do cotidiano da ação] duas esferas de influência e/ou determinação como condição para se pensar em ações que visem superar esses problemas.

Dessa forma, o autor parece estar nos indicando que as investigações precisam dar conta de análises com entrelaçamento de diferentes dimensões, para que possam, de fato, produzir mudanças. Além disso, acreditamos cada vez mais na necessidade de avaliar a presença, as necessidades e interesses de cada sujeito que compõem as políticas, assim, tanto estudos etnográficos como de pesquisa-ação são relevantes para o avanço da área.

Tabela 2 – Dimensões da política

Tema	Título	Conteúdo
Dimensão normativa e conceitual da política	35	53
Arena política	05	06
Política governamental	81	56
Não identificados	38*	44*

* Na categoria “Não identificados” dois artigos não puderam ser lidos em virtude de seus arquivos estarem corrompidos no CD-ROM.

Na Tabela 2, que classifica os artigos quanto à sua dimensão política, podemos constatar que a maioria deles se ancora na dimensão conceitual da política e na implementação da política governamental. Nesse caso, podemos considerar que a dimensão arena política ainda não recebeu a devida atenção pelos pesquisadores da área. Uma explicação que justifica essa constatação pode ser o resultado daquilo que Melo (2002, p. 20) entende como “a visão corrente de que a política – os interesses – molda e define as decisões de política, frequentemente oblitera a visão no analista quanto ao próprio processo de formação de interesses numa arena decisória”.

Para exemplificar e justificar essa análise, selecionamos uma citação do artigo publicado por Amaral (2005) intitulado: “Avanços e contradições da participação popular na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre”. Escreve a autora que “[...] o conceito de ‘espaço público não-estatal’ foi fundamentado nas discussões realizadas por Oskar Negt sobre esfera pública. Ele afirma que quando o conceito de esfera pública burguesa surgiu, sua finalidade era contrapor e romper com as práticas secretas e de encobrimento existentes no poder feudal. [...] Via de regra, estes movimentos se desintegram e a força dos mesmos se exaure perante o forte aparato que possui a esfera pública burguesa” (p. 13).

Ora, é possível identificar que essas circunstâncias políticas podem gerar esses problemas, contudo, afirmar categoricamente só é possível ao analisarmos

os jogos de poder presentes na arena política, seja na formulação ou na implementação da política. Como bem nos aponta Faleiros (2004) e Frey (2000), será por meio da análise da correlação de forças, das alianças, dos jogos dos sujeitos na arena de uma determinada política, que se mensurará a medida exata dos avanços, se houveram fissuras ou rupturas com certas heranças institucionais que podem limitar a probabilidade de aprovação das reformas. No estudo supracitado a autora não conseguiu, pelos dados apresentados, dar conta de analisar a arena política existente na democracia participativa, pois, como nos diz Melo (2002, p. 20), isso seria fundamental, já que “os interesses se formam como resultado das características distributivas de arenas decisórias setoriais, e as instituições facilitam ou impedem o processo de escolha coletiva”.

Outro ponto de destaque é que nem sempre a dimensão apresentada no título do artigo possui relação com o seu conteúdo. Outras vezes, os trabalhos apresentados em temáticas de políticas públicas não contemplam essa linha de estudos (como comentamos no início desta parte do texto), o que suscita uma dificuldade dos autores da área, quanto à identificação ou discernimento das dimensões políticas aqui abordadas, bem como há uma confusão conceitual dos pareceristas em estabelecer um limite para essa subdisciplina. Há, por exemplo, artigos que tratam de representações simbólicas e violência no/e do esporte, a relação da cultura com a representação social, contudo sem perpassar pelo debate da política.

Ao analisarmos a dimensão normativa da política constatamos poucos estudos sobre normas e legislações para educação física, esporte e lazer. Podemos afirmar que há poucos estudos sobre política de Estado. Um exemplo de artigo que trata dessa dimensão é o de Ouriques (1999, p. 43):

A fase de intervenção estatal foi marcante no desenvolvimento esportivo brasileiro e iniciou-se em 1941, no governo de Getúlio Vargas. O Estado determinou como deveria funcionar o esporte no país [...] interviu em entidades administrativas e impôs um regime duro e burocratizante que atendia aos seus interesses políticos.

Já Ferreira (2007) vai estudar conceitualmente o sistema esportivo brasileiro fazendo um paralelo com sistemas esportivos de outros países. Importante explicitar que o autor entende que o sistema esportivo, para ser forte e abrangente, deve valorizar o esporte de rendimento. Escreve o autor “a criação de uma política esportiva eficiente e abrangente resulta, sobretudo no reconhecimento do esporte de alto rendimento como preocupação nacional” (FERREIRA, 2007, p. 2). Porém, esse artigo não dispensou um trato às questões normativas, logo estudou ações governamentais e não políticas de Estado, o que lhe permitiria fazer afirmações mais categóricas do que as que já faz.

Sobre os propósitos do estudo, que nos permitiu identificá-lo como situado na dimensão conceitual da política, ele escreve: “este estudo visa fornecer subsídios através da comparação de sistemas esportivos nacionais de seis países desenvolvidos [...] e quatro países ibero-americanos [...]”. O autor ainda afirma que isso será feito pela análise de cinco elementos principais dos sistemas esportivos desses países, procurando destacar as características principais para o seu sucesso.

Ferreira apresenta uma análise diversa e que parece caminhar na contramão de vários estudos realizados sobre a realidade do sistema esportivo brasileiro, qual seja, de que o mais importante é fomentar o esporte de alto rendimento. Estudos como o de Linhales (1997), Ouriques (1999), Leiro (1997), Linhales e Vago (2003), Betti (1999) afirmam justamente o contrário, ou seja, que o esporte escolar e de lazer é que deve ser a prioridade governamental, pautado sobretudo na ideia do acesso aos direitos sociais. Veronez (2007, p. 1) vai explicitar que o Estado tem investido no setor privado e no esporte: “este artigo objetiva trazer dados sobre o assunto, demonstrando que a ação governamental no setor esportivo privilegiou o setor privado a partir da Constituição Federal de 1988”.

O estudo de Veronez (2007) é exemplar para pensarmos sobre uma perspectiva pouco explorada nas políticas públicas de educação física, esporte e lazer, ou seja, o entrelaçamento de duas dimensões da política, a dimensão conceitual e normativa, com a implementação da política governamental. Ele desenvolve o tema explorando a legislação, os modelos conceituais de planejamento assim como explicita os orçamentos executados, ou seja, a implementação da política. Arriscamos afirmar que, em certa medida, o autor consegue dar conta de avaliar o impacto dessa política. O autor anuncia outro fato relevante para a pesquisa nessa área, quando diz que “talvez não exista uma área tão pouco explorada por pesquisas científicas como a área do planejamento e financiamento do esporte” (2007, p. 5).

Como nos remetemos à dimensão da implementação de políticas governamentais, ao falarmos do estudo de Veronez (2007), explicitaremos como essa, que foi a dimensão mais estudada na área, o tem sido. Naturalmente, são em maior número por aquilo que já constatávamos na introdução deste artigo, ou seja, que há uma pulverização de esforços na subdisciplina das políticas públicas, fazendo com que os estudos setoriais ganhem mais força e aconteçam em maior número. Isso ocorre não só na educação física, esporte e lazer, como também em outras áreas setoriais. São artigos que exprimem ações empreendidas pelo Estado com um teor de movimento, com contradições e que de alguma forma avaliaram resultados esperados ou diferentes do esperado (HÖFLING, 2001). Podemos perceber esses estudos pelo viés do processo e da análise do conteúdo das políticas, ligados ao movimento que cada uma das instituições faz para dar conta de implementar o “bom governo” (FREY,

2000). São estudos como o de Magalhães Pinto (1998), Zingoni (1998), Stigger (1998), Grando (1997) Silva (1999), Sampaio e Liao Junior (1999), Molina (1999), Da Silva (2001), Melo (2001), Batista (2003), Veronez e Mendes (2003), Amaral (2005), Santos (2005), Oliveira (2005), Silveira (2007), entre outros. Outros se desenvolveram tratando o tema pelo impacto da política implementada, como é o caso do estudo de Silva e Pimentel (1997). Dizem os autores “os objetivos do estudo [foram de] analisar o conteúdo das políticas de lazer desenvolvidas no município entre 1983 e 1996, e investigar a relevância de tais políticas para o desenvolvimento sócio-cultural da população viçosense” (SILVA; PIMENTEL, 1997, p. 65). Há poucos estudos sobre o papel dos agentes das políticas, sobre diferentes tipos de gestão administrativa sobre micropolítica, sobre avaliação de efetividade e impacto das políticas.

Por fim, quando analisamos a dimensão arena política, como ficou explicitado na Tabela 2, encontramos pouquíssimos estudos. Um desses estudos, que trata do debate das correlações de força, é o de Silva e Capela (1999), que assinala o cenário em que foram construídos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

CONCLUSÕES

Após essa análise, foi possível notar as dificuldades que pairam sobre os estudos de políticas públicas de educação física, esporte e lazer e as soluções que a área vem encontrando ao dialogar com outras áreas como a ciência política, a sociologia e/ou áreas setoriais como a educação, assistência social, saúde.

Notamos que nos anos iniciais de nossa análise, década de 1990, alguns artigos não eram frutos de pesquisas, pois não apresentavam objetivação clara no trato com o tema estudado, não era possível delimitar o objeto de estudo tratado, teoria(s) de base e, sobretudo, dados do campo empírico. Houve em menor número esse tipo de artigo na década de 2000. Esse dado denota um amadurecimento crescente nesses estudos.

Ao analisarmos as dimensões da política encontramos uma disparidade entre o título e o conteúdo propriamente dito. Há artigos que em seu título nos dão a impressão de tratar de uma dimensão, mas ao lermos seu conteúdo percebemos que o autor está lidando com outra. Encontramos nos títulos 35 artigos que abordam a dimensão normativa e conceitual da política, cinco artigos sobre arena política e 81 artigos de política governamental. Já em relação ao conteúdo foram 53 a respeito da dimensão normativa e conceitual da política, seis sobre arena política e 56 de política governamental. Não puderam ser identificadas somente uma das dimensões em 38 dos títulos e 44 do conteúdo, isso significa que alguns desses

estudos investigam duas ou mais dimensões entrelaçadas ou alguns casos em que a dimensão não estava clara.

A dimensão normativa da política é aquela que assegura pela Constituição Federal e pelas leis infraconstitucionais uma política de Estado para área. No que se refere a esse tipo de estudo existe alguns esforços de pesquisas especialmente no trato com o esporte, poucos sobre educação física e nenhum sobre lazer. Já a dimensão conceitual é bastante abordada, tanto direta quanto indiretamente. No caso da dimensão conceitual Frey (2000) alerta-nos que há uma clássica pergunta sobre qual é o bom o governo e o melhor Estado para garantir os direitos cidadãos que oblitera avanços na investigação daquilo que foi implementado e que possui efetividade e impacto social.

Estudos pautados no “bom governo”, já tiveram seu lugar garantido, devem, a nosso ver, daqui para frente sustentar investigações que avaliem a arena política, as diferentes configurações de planejamento e o impacto das políticas, as redes políticas, os estilos políticos.

Outro dado importante que pode ser extraído de nossa avaliação é que os estudos sobre política governamental também são em grande número, contudo há uma recorrência em pesquisar sobre estruturas governamentais, programas de ação sem uma devida atenção àquilo que há de recorrente nessas políticas e os enlaces possíveis com outras dimensões da política.

A dificuldade em dialogar as dimensões da política discutidas neste estudo decorre de que no Brasil, assim como em outras democracias recentes com estruturas e processos do campo político sujeitos às transformações contínuas, favorece estudos restritos no campo das políticas públicas. Permanece a expectativa de que a micropolítica, os sujeitos do processo, uma análise comparativa de políticas implementadas em diferentes regiões e/ou cidades brasileiras ganhem espaço na agenda de pesquisa da área.

Thinking about the research in physical education, sport and leisure public policies

ABSTRACT: The research about public policies in physical education, sport and leisure has improved its scope and importance. Therefore, we decided to analyze ten years of scientific production. We researched the scientific magazines Movimento, Revista Brasileira de Ciências do Esporte e Motrivivência and Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte totalized 159 papers. We verified what polity dimension was more emphasized in each study. It was verified that the concept polity and policies were at the most part of the papers. The dimension politics was not researched by the area.

KEYWORDS: Policy/policies; physical education; sport and leisure.

Reflexiones acerca de la producción en políticas públicas de educación física, deporte y ocio

RESUMEN: La investigación acerca de las políticas públicas en la educación física, deporte y ocio viene ocupando espacio y relevancia, así, decidimos analizar la producción en el área en los últimos diez años. Investigamos los periódicos Movimento, Revista Brasileira de Ciências do Esporte y Motrivência y las actas del Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, totalizando 159 artículos analizamos. Buscamos conocer cual fue la dimensión de la política que tenía mayor énfasis en cada investigación. Constatamos que la dimensión conceptual de la política y la implementación de la política gubernamental son las que mayor atención han tenido. La dimensión arena política y la dimensión normativa no fue dada una gran importancia por los investigadores.

PALABRAS CLAVES: Políticas públicas; educación física; deporte y ocio.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S. C. F. Avanços e contradições da participação popular na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre. *Movimento*, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 9-26, set./dez. 2005.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 21, p. 83-108, nov. 2003.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BATISTA, M. da C. A. A relação do governo e sociedade na gestão da política pública de esportes e lazer do Estado de Pernambuco – 1999-2001: analisando o projeto "Idosos em Movimento". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 13., 2003, Caxambu. *Anais... Caxambu*: CBCE, 2003.

BETTI, M. Educação física, esporte e cidadania. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 20, n. 1/2, p. 84-92, abr./set. 1999.

BRACHT, V.; CAPARROZ, F.; FONTE, S. S. D.; FRADE, J. C.; PAIVA, F.; PIRES, R. *Pesquisa em ação: educação física na escola*. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

COMERLATTO, D. et al. Gestão de políticas públicas e intersetorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais. *Revista Katál*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 265-271, 2007.

DA SILVA, J. A. de A. Políticas públicas de esporte e lazer no Estado de Pernambuco (1995/1998): "a democratização do esporte" no programa Caic esportivo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 12., 2001, Caxambu. *Anais... Caxambu*: CBCE, 2001.

FALEIROS, V. de P. *O que é política social*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FERREIRA, R. L. Políticas para o esporte de alto rendimento – estudo comparativo de alguns sistemas esportivos e nacionais visando um contributo para o Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15., 2007, Pernambuco. *Anais...* Pernambuco: CBCE, 2007.

FLEXOR, G.; LEITE, S. Análise de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: LIMA, E. de F.; DELGADO, N.; MOREIRA, R. (orgs.). *Mundo rural: configurações sociais, poderes e políticas*. Rio de Janeiro: Maud, 2007.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e políticas públicas (IPEA)*, Brasília, v. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GRANDO, B. Construção coletiva de uma proposta pedagógica para educação física escolar na rede pública de ensino de Cuiabá. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 10., 1997, Goiânia. *Anais...* Goiânia: CBCE, 1997.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

LEIRO, A. C. R. Contribuições legislativas no âmbito do esporte e lazer. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 10., 1997, Goiânia. *Anais...* Goiânia: CBCE, 1997.

LIMONGI, F. Institucionalização da política. In: MICELI, S. (org). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré, 1999. v. 3. p. 101-156.

LINHALES, M. A.; VAGO, T. M. Esporte escolar: o direito como fundamento de políticas públicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 13., 2003, Caxambu. *Anais...* Caxambu: CBCE, 2003.

LINHALES, M. A. Políticas públicas para o esporte no Brasil: interesses e necessidades. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 10., 1997, Goiânia. *Anais...* Goiânia: CBCE, 1997.

MAGALHÃES PINTO, L. M. de. Políticas públicas de esporte e lazer: caminhos participativos. *Motrivivência*, Florianópolis, 10, n. 11, p. 47-68, 1998.

MELO, A. M. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré, 1999. v. 3. p. 59-99.

_____. *Reformas constitucionais no Brasil: instituições políticas e processo decisório*. Rio de Janeiro: Renavan, 2002.

MELO, M. de P. Políticas públicas de esporte/lazer em São Gonçalo-RJ: uma análise crítica da atuação da SMEL/SG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 12., 2001, Caxambu. *Anais...* Caxambu: CBCE, 2001.

MOLINA, R. M. K. Reflexões acerca do projeto Centro de Comunidade: política municipal de lazer e recreação para as comunidades urbanas, executada no município de Porto Alegre entre os anos 74-94. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 11., 1999, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: CBCE, 1999.

MULLER, P.; SUREL, Y. *O que é política pública?* Trad. Alceu Ravanello Ferraro. Pelotas: Universidade Católica, 2000.

NICHOLSON, N. Policy choices and the uses of state power: the work of Theodore J. Lowi. *Policy Science*, v. 35, p. 163-177, 2002.

OLIVEIRA, S. A. de. Considerações sobre as políticas públicas de esporte escolar no Brasil do século XIV. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 14., 2005, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: CBCE, 2005.

OURIQUES, N. O gol contra do rei: a lei Pelé e suas conseqüências. *Motrivivência*, Florianópolis, v. XI, n. 12, p. 37-64, 1999.

PIRES, A. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos/tradução de Ana Cristina Nasser*. Petrópolis: Vozes, 2008.

REIS, E. P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, 2003.

SAMPAIO, J. O.; LIAO JUNIOR, R. A experiência do Distrito Federal: uma gestão democrática e popular. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 11., 1999, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: CBCE, 1999.

SANTOS, A. L. F. Avaliação de políticas públicas: Analisando um programa de ação para a educação física escolar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 14., 2005, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: CBCE, 2005.

SILVA, J. A.; CAPELA, P. Construindo o cenário do neoliberalismo: reflexões sobre o contexto de origem da LDB e PCNs. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 11., 1999, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: CBCE, 1999.

SILVA, S. R. da; PIMENTEL, G. G. de A. Reflexão a respeito das políticas públicas de lazer a partir de um estudo de caso na cidade de Viçosa – MG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 10., 1997, Goiânia. *Anais...* Goiânia: CBCE, 1997.

SILVEIRA, T. T. et al. Políticas públicas de lazer em Rio Grande. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15., 2007, Pernambuco. *Anais...* Pernambuco: CBCE, 2007.

STIGGER, M. P. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: "São as políticas públicas para a educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?". *Motrivivência*, Florianópolis, v. X, n. 11, p. 86-96, 1998.

VERONEZ, L. F. C. O planejamento governamental e o orçamento no setor esportivo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15., 2007, Pernambuco. *Anais...* Pernambuco: CBCE, 2007.

_____.; MENDES, V. da R. Lazer, movimentos sociais e políticas públicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 13., 2003, Caxambu. *Anais...* Caxambu: CBCE, 2003.

ZINGONI, P. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão a co-gestão. *Motrivivência*, Florianópolis, v. X, n. 11, p. 31-46, 1998.

Recebido: 21 out. 2008

Aprovado: 29 jun. 2009

Endereço para correspondência
Silvia Cristina Franco Amaral
Departamento de Educação Motora, Faculdade de Educação Física,
Universidade Estadual de Campinas
Av. Érico Veríssimo, 701
Campinas-SP
CEP 13083-851
CP 6134